



## Capaz de tanto com tão pouco



ANTÓNIO BRITO  
AVÓ

Há uns tempos, num congresso internacional, partilhava uma conversa informal com colegas pediatras oriundos de vários países europeus e veio à baila a taxa de cobertura vacinal nos vários estados. Tive o raro prazer de ver unanimemente elogiado o excelente nível de protecção registado em Portugal, na maioria dos casos superior ao dos outros países.

De facto o excelente desempenho do nosso Programa Nacional de Vacinação (PNV) é um verdadeiro orgulho nacional. A cobertura vacinal em Portugal atingiu os 96% em 2011, o que tem evitado a ocorrência de surtos e epidemias.

"Só é pena o vosso PNV não incluir a vacina antipneumocócica conjugada, seria perfeito!" – atalhou o meu colega grego, fazendo-me despertar do meu fugaz momento de glória patriótica.

Segundo a Organização Mundial

de Saúde, a doença pneumocócica é, em todo o mundo, a principal causa de morte evitável através da vacinação, em crianças menores de 5 anos. É também uma doença responsável por sequelas muito graves, como sejam as deficiências motoras e a surdez neuro-sensorial profunda ou severa. De facto, a maioria dos nossos parceiros europeus, incluindo a Grécia (apesar da crise...), já tem esta vacina nos respectivos planos desde há alguns anos, o que já acontece em mais de 55 países a nível mundial. Em Portugal ela continua a ser exclusivamente suportada pelas famílias, que têm vindo a fazer um esforço financeiro muito considerável, promovendo a vacinação dos seus filhos com as quatro doses de vacina necessárias, tendo chegado a ser abrangidas em 2007 quase 80% das crianças portuguesas.

"O colega há-de concordar que isto é um notável acto de cidadania, consciência cívica e de maturidade social!" – ripostei eu com a convicção de ter recuperado a imagem nacional.

Em Portugal existem neste momento dois grandes riscos que ameaçam a nossa protecção vacinal: um de origem externa e que resulta de comportamentos e movimentos sociais importados e outro de origem interna e que tem a ver com a crise financeira.

O risco que vem do exterior pren-

de-se com uma nova vaga de comportamentos e atitudes antivacina que está na moda desde há uns anos na Europa e nos EUA, protagonizados por grupos de jovens casais, geralmente oriundos das classes mais favorecidas.

Inicialmente este fenómeno não teve consequências nefastas muito visíveis, porque estes indivíduos beneficiaram da protecção vacinal conferida pela maioria dos seus conviventes, o que veio de certo modo reforçar os seus "argumentos". Mas foi "sol de pouca dura", porque quando a imunidade de grupo desceu a níveis mais críticos, a protecção de que beneficiavam desapareceu e começaram a aparecer com doenças que há muitos anos não se viam na Europa.

Foi o que aconteceu com o sarampo. Nos últimos anos têm vindo a ocorrer surtos descontrolados de sarampo em grande parte dos 42 países europeus sob a vigilância da OMS: "Ocorreram em 2011 mais de 34 000 casos, incluindo nove mortes, 27 casos de encefalite e 7000 internamentos hospitalares." Um verdadeiro escândalo na Europa civilizada do século XXI... como amargamente concordariam alguns dos meus colegas de tertúlia!

Em Portugal, foram notificados apenas dois casos (importados de países centrais europeus), que não tiveram nenhuma repercussão, por-

que a taxa de cobertura vacinal contra o sarampo é suficientemente elevada para impedir a disseminação. Felizmente a recusa vacinal não tem tido um peso significativo no nosso país, sendo residual o seu aparecimento. Apesar de tudo é importante alertar estes pais para a realidade crua e dura do que se passa na Europa e para a ilegitimidade de pôr em risco os seus filhos em nome de uma falsa e idílica noção de "pureza biológica", que os faz regressar à susceptibilidade imunológica do século XVIII, com o inerente risco de ocorrência de epidemias há muito controladas. Para já não falar do facto deste tipo de comportamento colocar também em risco toda a restante comunidade.

Mas, como já recordei, há em Portugal um outro risco importante para a cobertura vacinal – a crise financeira. De facto a crise financeira poderá vir a reduzir enormemente a excelente taxa de cobertura contra a doença pneumocócica invasiva que tínhamos alcançado em 2007, dada a dificuldade das famílias em manter o esforço financeiro para aquisição das vacinas não incluídas no PNV. Infelizmente essa redução já está neste momento a acontecer, sendo cada vez maior o número de crianças que não fazem esta vacina porque os pais não têm condições económicas para a adquirir. Nalguns casos também não

cumprem a totalidade das doses recomendadas, o que vai necessariamente fragilizar o seu nível de protecção e torná-las mais vulneráveis.

Se a taxa de cobertura vacinal continuar a descer para valores próximos dos 50%, então corremos o risco de voltar a ter mais casos de meningite e pneumonia invasiva pneumocócica, com o consequente agravamento da mortalidade e morbidade que lhe estão associadas. Para inverter esta situação seria desejável a inclusão desta vacina no PNV, ou pelo menos que fosse encarada a possibilidade de comparticipação parcial no seu custo, evitando o abandono da vacinação ou a redução imponderada do número de doses, afectando a imunidade de grupo.

É sempre muito confrangedor acompanhar crianças com sequelas graves de infecções que poderiam ter sido evitadas por um simples acto de vacinação. E ainda custa mais, quando sabemos que essa omissão aconteceu porque os pais assumiram comportamentos sociais radicais ou porque imperou a irracionalidade e a injustiça social de uma crise financeira...

Neste país dos milagres, capaz de tanto com tão pouco, temos de acreditar sempre que as coisas vão mudar... e que irá ser para melhor!